

A teoria de partido de Gramsci e as limitações da organização no campo

Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira

Como citar: OLIVEIRA, L. A. A. de. A teoria de partido de Gramsci e as limitações da organização no campo. *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 67-70.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p67-70>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A teoria de partido de Gramsci e as limitações da organização no campo¹

Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira*

Nossa abordagem neste texto concentrar-se-á fundamentalmente na possibilidade de organização das massas rurais. A problemática que nos é colocada por Gramsci consiste no questionamento da potencialidade política das classes subalternas do campo. Segundo este autor:

Assim cabe observar que a massa dos camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais 'orgânicos' e não 'assimila' nenhuma camada de intelectuais 'tradicionais', embora outros grupos sociais extraiam da massa dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa (GRAMSCI, *op. cit.*: 16, v.2).

Gramsci aponta para a dificuldade de organização autônoma destas classes na medida em que os intelectuais que procedem dela são "absorvidos" pelas classes dominantes e passam a ser divulgadores da cultura e da ordem vigente, isto é, tornam-se intelectuais tradicionais.

É preciso atentar para a diferença entre os intelectuais de tipo urbano, cuja formação é concomitante com a indústria e em grande medida se desenvolvem em conexão com a produção, e os intelectuais de tipo rural, que estão ligados à massa social do campo e pequeno burguesa das pequenas cidades ainda "não elaboradas e postas em movimento pelo sistema capitalista" (GRAMSCI, *op. cit.*: 22 – 23, v.2). O intelectual de tipo rural cumpre a função de colocar a massa camponesa em contato com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães, etc.), esta é, portanto, uma função política na medida em que consiste na presença do Estado nas áreas rurais onde o aparato estatal é menos extensivo. O intelectual tradicional "educa" a massa de forma a difundir valores culturais e morais desejáveis à classe dominante do campo.

Como reforço deste caráter conservador, os intelectuais rurais representam, em decorrência de seu padrão de vida superior em relação ao do camponês médio, um modelo a ser alcançado:

no campo, o intelectual (padre, advogado, professor, tabelião, médico, etc.) possui um padrão de vida médio superior, ou, pelo menos, diverso daquele do camponês médio e representa, por isso, para o camponês, um modelo social na aspiração de sair de sua condição e de melhorá-la. O camponês acredita sempre que pelo menos um de seus filhos pode se tornar intelectual (sobretudo padre), isto é, tornar-se um senhor, elevando o nível social da família e facilitando sua vida econômica pelas ligações que não poderá deixar de estabelecer com os outros senhores (*idem*, p.23).

¹ Esta pesquisa insere-se em um trabalho de investigação mais abrangente levado a efeito pelo grupo de pesquisa Marxismo e Teoria Política, coordenado pelo Prof. Dr. Álvaro Bianchi. O Grupo desenvolve suas atividades no âmbito do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

* Mestranda em Ciência Política. CAPES/Unicamp; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Depreende-se disto que no campo existe uma profunda subordinação dos camponeses em relação aos intelectuais tradicionais já que “todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e deles depende” (*ibidem*). Isto se dá principalmente em virtude de suas condições materiais precarizadas frente a uma estrutura social muito mais cristalizada do que nas cidades. No campo as possibilidades de mobilidade social e econômica são acentuadamente menores, visto que a estrutura fundiária é mais enrijecida que a industrial. Desta forma, a estrutura fundiária e o domínio das elites “pesam” mais sobre a massa rural. Isto indica a razão pela qual os intelectuais tradicionais têm no campo seu baluarte e porque esta é a última fortaleza das crenças e superstições.

A classe dominante no campo é mais ou menos numerosa de acordo com o desenvolvimento das forças industriais e da reforma agrária nos diversos países, contudo, pode-se afirmar que a diferença fundamental entre a dominação no campo e na cidade é que na primeira comumente existe uma cisão no “ordenamento entre homens e coisas”, não se configurando num todo orgânico. Dito de outra forma, na fábrica a hegemonia da burguesia se dá também no processo de produção, as consciências são ordenadas em conexão com o trabalho, mentes e corpos são disciplinados num todo orgânico. Já no campo isto não é observado, existe a dificuldade de disciplinar o camponês pelo trabalho já que a natureza da atividade é diferente. A disciplina é, portanto, política e não econômica. As elites rurais dominam mais pela doutrinação moral e pela precarização das condições materiais de vida que propriamente pela organização do trabalho, daí o protagonismo dos padres e advogados. A função desta elite é portanto:

impedir ‘politicamente’ o camponês cultivador de melhorar a própria existência, já que qualquer melhoramento da posição relativa do camponês seria catastrófica para sua posição social. A miséria crônica e o trabalho prolongado do camponês, com o conseqüente embrutecimento, representam para aquele grupo uma necessidade primordial (GRAMSCI, *op. cit.* 63, v.3).

Por esta razão a organização autônoma do trabalho ou qualquer movimento cultural camponês que ultrapasse os limites da religião oficial sempre é duramente reprimida. A fragilidade política deste grupo consiste não apenas em sua condição de miséria econômica e cultural, mas também em virtude da dispersão territorial das famílias camponesas e na “não-homogeneidade intimamente ligada a esta dispersão” (*idem*, p.64).

Gramsci esclarece que estas condições em seu conjunto explica outras características da massa dos camponeses, como por exemplo: a volubilidade, a multiplicidade dos sistemas ideológicos a que aderem e a própria extravagância das ideologias algumas vezes adotadas.

Este cenário favorece uma “vontade vagarosa”, que freqüentemente necessita de um longo processo para centralizar-se organizativa e politicamente, este processo só é acelerado quando a vontade popular atende aos anseios da classe dominante:

o processo se acelera quando a ‘vontade’ específica desse grupo coincide com a vontade e os interesses imediatos da classe alta; não só o processo se acelera, como se manifesta de imediato a ‘força militar’ dessa camada, que algumas vezes, depois de se organizar, dita as leis a classe alta, se não pelo conteúdo, pelo menos no que se refere à ‘forma’ da solução (*idem*).

Assim, Gramsci demonstra que, após organizada, esta classe apresenta um potencial político-militar importante, contudo esta não é uma força que se sustenta a longo prazo. Em virtude da

ausência de margens econômicas e da pressão que normalmente é exercida de cima para baixo no campo, o conflito assume desde logo uma forma pessoal e, portanto, de caráter transitório. Conclui-se desta forma que existe um potencial político em germe nestas classes, porém sua direção é comumente restrita, de caráter imediatista.

Por esta razão Gramsci aponta a necessidade de aliança entre as classes urbanas e rurais, à estas últimas caberia o lugar de apoio militar. Ao comentar a filosofia política de Maquiavel, afirma que:

se as classes urbanas pretendem pôr fim à desordem interna e à anarquia externa, devem apoiar-se nos camponeses como massa, constituindo uma força armada segura e fiel de tipo inteiramente diferente das formadas por tropas mercenárias (...) (GRAMSCI, *op. cit.* 30, v.3).

Referindo-se ao contexto político italiano, Gramsci defende que o Partido da Ação deveria aliar-se as massas rurais camponesas para contrapor-se eficazmente aos moderados. Esta atitude seria verdadeiramente "jacobina" na medida em que esta coligação fragmentaria a aliança entre as diversas classes rurais e que formava um bloco reacionário através das diversas camadas intelectuais clerical-legitimistas. Para isto, o Partido da Ação deveria aceitar as reivindicações elementares dos camponeses da base, tornando-as parte do novo programa de governo (Cf. GRAMSCI, *op. cit.* 76, v.5). Assim deveria operar-se uma aliança entre as classes da cidade e do campo, sob a direção operária.

Este é um fator fundamental na organização política das massas camponesas pois, conforme diz Gramsci, se os camponeses se movimentam por impulsos "espontâneos", os intelectuais começam a oscilar, assim, "se um grupo de intelectuais se coloca na nova base de uma política filocamponesa concreta, ele termina por arrastar consigo frações de massas cada vez mais importantes" (*idem*).

O panorama exposto acima nos leva a única conclusão possível - a organização de partidos camponeses encontra significativos entraves para se consolidar - nas palavras de Gramsci, tal organização é quase impossível:

Pode-se dizer que é quase impossível criar partidos camponeses no sentido estrito da palavra: o partido camponês só se realiza, em geral, como forte corrente de opinião, não sob formas esquemáticas de enquadramento burocrático; contudo, até mesmo a existência apenas de um esqueleto organizativo é de imensa utilidade, seja para uma certa seleção de homens, seja para controlar os grupos intelectuais e impedir que os interesses de casta os transportem imperceptivelmente para outro terreno (*ibidem*).

Concluimos, portanto, que o partido camponês no sentido estrito é impossível. Gramsci indica, não obstante, que uma organização embrionária que consistiria não no partido estrito senso, mas em funções de partido, como a formação de uma corrente de opinião, a seleção de homens (o que pressupõe a crítica do senso comum) e o movimento de resistência a grupos dominantes configuram uma possibilidade real de organização política das massas camponesas e esta função não é fator de pouca importância para a organização das classes subalternas.

Contudo, acreditamos que o fato de Gramsci não ser categórico com relação a este assunto, ou seja, o fato de afirmar que é "quase" impossível e não simplesmente impossível a criação do partido camponês seja significativo pelas características de análise gramscianas que sempre

levam em consideração as relações concreta de forças e o contexto histórico-político peculiar de cada país. Diz o autor:

As relações entre população urbana e população rural não são de um só tipo esquemático, especialmente na Itália. É preciso, portanto, estabelecer o que se entende por 'urbano' e 'rural' na civilização moderna e quais combinações podem resultar da permanência de formas antiquadas e retrógradas na composição geral da população, estudada do ponto de vista de sua concentração maior ou menor. "Às vezes, verifica-se o paradoxo de que um tipo rural é mais progressista do que um tipo dito urbano" (GRAMSCI, *op. cit.*: 87, v.5).

Assim, não será possível uma sentença definitiva para este assunto, mas faz-se necessária uma análise detalhada das condições particulares da relação de forças e constituição política em cada país para se alcançar a noção exata dos elementos mais progressistas e com maior potencialidade revolucionária. Só então, será possível extrair conclusões categóricas acerca da criação do partido camponês.

REFERÊNCIAS

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. V. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. V. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. V. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. V. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.